

# DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA (PRÉ) (PÓS?) MODERNA: REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE REINHART KOSELLECK<sup>1</sup>

**Ronaldo Cardoso Alves<sup>2</sup>**

*A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade,  
a vida da memória, a mensageira da velhice,  
por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador.<sup>3</sup>*

Seres humanos agem. Em busca da satisfação de suas intenções, interpretam os fenômenos da natureza e de si mesmos com o objetivo de criar, desenvolver, aprimorar, transformar, até mesmo rejeitar relações. Agem com o fim de alcançar objetivos. Ainda mais. Agem em busca de transpor os limites objetivados. Ao conseguirem os resultados que tencionavam, criam em paralelo novas carências, intenções a serem igualmente transpostas. Dessa forma, as situações mais simples da vida humana passam pelo crivo do pensamento histórico, pois trazem consigo experiências e interpretações realizadas no tempo. Das experiências mais simples às mais complexas, a vivência humana alimenta o fazer histórico e, mediante a utilização de uma teoria que relacione efetivamente história e vida, um produto cognitivo – um saber histórico – fornece elementos para o diagnóstico do presente e a abertura para projeções do futuro:

*[...] O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir. Nelas o homem vai além, também em perspectiva temporal, do que é o caso para si e para seu mundo; ele vai, por conseguinte, sempre além do que experimenta como mudança temporal, como fluxo ou processo do tempo. Pode-se dizer que o homem, com suas intenções e nelas, projeta o tempo como algo que não lhe é dado experiência. [...] A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência no tempo e intenção no tempo se realiza na vida humana.<sup>4</sup>*

<sup>1</sup> O artigo é fruto de pesquisa com financiamento pela Capes, que resultou na tese intitulada “Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses”, defendida junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Katia Maria Abud.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis. E-Mail: <ronaldocardoso@assis.unesp.br>.

<sup>3</sup> De Oratore, II, c.9, 36 e 12, 51.

<sup>4</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da história I: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de

Depreende-se dessa asserção que a teoria da História é fundamental para a construção da consciência histórica das pessoas em suas relações com as outras seja em grupos sociais, instituições, nações, enfim com toda sociedade, pois atua para sistematizar, organizar e regular o encontro entre a vivência histórica e o pensamento histórico derivado do labor historiográfico. Em outras palavras, para o desenvolvimento de consciência histórica é fundamental ter acesso às operações mentais geradoras de um quadro interpretativo que possibilite, aos seres humanos, a autonomia de leitura do processo histórico e de si mesmos. Dessa forma, sua relação com a temporalidade modificar-se-á, pois se entenderão como agentes do próprio pensamento ao promoverem a interpretação da experiência passada, o diagnóstico do tempo presente e a projeção do futuro – algo como o que Koselleck chamou de prognóstico<sup>5</sup>.

A consciência histórica pode ser compreendida, sinteticamente, como a aplicação do pensamento histórico à vida, ou seja, a práxis mediada conscientemente pela razão histórica. Atividade composta por operações mentais que se desenvolvem de acordo com a importância e o sentido que terão para os próprios indivíduos em sua relação consigo mesmos e com o mundo que os cerca. Assim, a consciência histórica “[...] busca conexão íntima entre o pensamento e a vida, na qual [suas] operações são reconhecidas como produtos da vida prática concreta”<sup>6</sup>. Trata-se do trabalho intelectual que tem como objetivo relacionar as experiências vivenciadas pelos seres humanos ao longo da História às expectativas geradas nesse mesmo processo. Nesse sentido, ter consciência histórica é apropriar-se das operações mentais do pensamento histórico com o objetivo de refletir sobre as experiências vivenciadas por si e/ ou pelo(s) outro(s) no decurso do tempo a fim de satisfazer expectativas concebidas no presente ou mesmo criar novas expectativas a serem transpostas no futuro.

Ora, num mundo que passa por uma série de transformações desde a assunção da denominada “Modernidade” e vê, nas últimas décadas, a aceleração deste processo numa velocidade sem precedentes na História, é possível pensar numa consciência histórica que tenha parâmetros adequados aos embates desse tempo? De outra forma: em que medida a racionalidade histórica pode contribuir para a satisfação das carências de orientação temporal e de formação de identidade consoantes à crise de sentido pela qual passa a contemporaneidade?

### **Da consciência histórica pré-moderna**

A epígrafe que inicia o presente artigo, criada por Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), revela o conceito e a função da História nos tempos pré-modernos. Para ele, a

---

Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 58.

<sup>5</sup> Para Koselleck, prognóstico “é um momento consciente de ação política”. É a “previsão de possibilidades no âmbito dos acontecimentos temporais e mundanos [...] que produz [...] configurações estilizadas das formas de controle temporal e político”. Diferentemente do profeta apocalíptico que destrói o tempo, pois ele é alimento para sua profecia, o prognosticador “produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta [...]”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006.

<sup>6</sup> RÜSEN, *Razão histórica...*, p. 55.

História era compreendida como uma espécie de acervo de experiências humanas que tinha a função de instruir as pessoas em seu cotidiano. Acontecimentos passados, transmitidos de geração em geração, serviam como material cognitivo formado por tradições e regras gerais de ação. Tais memórias, tradicionalizadas, levavam os seres humanos a guiarem suas vidas por meio da reprodução de obrigações morais.

Nesse contexto, ao orador transmissor desse conhecimento, caberia servir-se da História para apresentar sua retórica de pensamento, utilizando-a de forma a influenciar seus ouvintes e, conseqüentemente, perpetuar suas ideias no tempo. A concepção ciceroniana da “História como Mestra da Vida” (*Historia Magistra Vitae*) revela seu pragmatismo ao utilizar os fatos como prescrições de exemplos a serem reproduzidos, revestindo-se de um caráter de eterno retorno à memória para satisfazer a uma determinada demanda de orientação.

O estabelecimento do cristianismo não modificou essa situação, pelo contrário, referendou-a. As histórias cristãs canônicas ou de origem apócrifa serviram como exemplos a serem seguidos pelos seres humanos com o objetivo de estes alcançarem, no porvir, a redenção. Esse sentido de cunho escatológico (do grego *eschaton*, ou seja, apontado para as últimas coisas) da consciência histórica foi institucionalmente utilizado pela Igreja com vistas à manutenção de seu domínio no Ocidente. Sintetizando: o passado era usado como instrumento que apontava para um futuro transcendente, portanto, fora do mundo histórico, com o objetivo de promover a manutenção do *status quo* do presente. Se por um lado as narrativas bíblicas apresentavam uma linearidade que tinha como fim a redenção; por outro a mentalidade transmitida por essa concepção era, na realidade, cíclica, pois seu objetivo consistia no constante retorno a exemplos que revelavam princípios morais a serem seguidos cuja finalidade era a manutenção das relações de poder na sociedade. Não é à toa que a redenção só poderia ser transcendente, no mundo *post-mortem*, portanto fora da cronologia da vida. Em resumidas palavras, a História pré-moderna não tinha um caráter processual, mas eventual, pois se relacionava ao conjunto de eventos tomados isoladamente que tinha a função de dar sentido às ações cotidianas.

A perversidade desse raciocínio se explica pelo ciclo de temporalidade geracional. A frustração da expectativa de uma geração pelo fato da não ocorrência do fim do mundo se desvanecia com o passar das gerações, possibilitando a recorrência cíclica da profecia escatológica. Assim, a manutenção da experiência permitia que os profetas do *eschaton* apontassem novamente (e sempre) para a mesma expectativa.

Para o historiador e filósofo da História Reinhart Koselleck<sup>7</sup>, o espaço de experiência é o conjunto de experiências individuais e coletivas passíveis de rememoração que são transmitidas de geração em geração por diferentes meios<sup>8</sup>. Tais experiências, acumuladas em diversos tempos e espaços, têm como objetivo suscitar expectativas nos sujeitos históricos de acordo com as necessidades de

---

<sup>7</sup> De maneira original, o historiador e filósofo da História Reinhart Koselleck (1923-2006) é um dos principais mentores da denominada *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos) como campo de reflexão de aspectos teóricos e metodológicos da construção, utilização e transformação dos conceitos em seu processo histórico com vistas a relacioná-los a diversos campos do conhecimento, sobretudo a História.

<sup>8</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*

orientação em seu tempo. Para ele, as experiências humanas geram expectativas que podem (ou não) ser vivenciadas no processo histórico. O horizonte de expectativas “[...] se realiza no hoje, é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva conclui-se que a consciência histórica das pessoas no período pré-moderno era orientada pela reprodução irrefletida de tradições e exemplos que faziam as experiências temporais serem recorrentes e aderentes. Cabia às pessoas se contentarem com a expectativa desvanecida pelo caráter ciclotímico da prescrição de experiências.

## **Da consciência histórica moderna**

O Iluminismo trouxe consigo uma nova perspectiva a respeito do pensamento histórico. Por meio desse movimento, a constituição do sentido dado à História, ou seja, a consciência histórica, paulatinamente passou por uma transformação. Koselleck, ao analisar a utilização do conceito História nos escritos de língua alemã, no período que se estendeu da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX, percebeu uma transformação fundamental em seu significado e aplicação. Em seu entender, a mudança de concepção da História derivou-se da relação entre o processo de racionalização realizado pela burguesia ascendente e as modificações estruturais políticas pelas quais passava o Ocidente:

*A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo. Cresceu a partir do espaço político europeu e, na medida em que se desligava dele, desenvolveu uma filosofia do progresso que correspondia a esse processo. O sujeito desta filosofia era a humanidade inteira que, unificada e pacificada pelo centro europeu, deveria ser conduzida em direção a um futuro melhor. [...] o planejamento utópico do futuro já tinha uma função histórica específica. [...] A filosofia da história forneceu os conceitos que justificavam a ascensão e o papel da burguesia.<sup>10</sup>*

Para os iluministas, a História já não servia mais para fornecer exemplos ao presente (este tipo de História exemplar no léxico alemão era chamado de *Historie*). Esta deveria ser refutada por meio de uma nova consciência histórica e política. Nessa perspectiva, a História deixou de ser vista como fornecedora de modelos, sendo transformada pela burguesia intelectual do século XVIII em processo (no léxico alemão *Geschichte*, que significa “história em si”). A crítica ao Estado Absolutista centrou-se na concepção de que a burguesia era portadora do progresso e, munida dessa prerrogativa, questionava a consciência histórica até então existente em todos os campos da vida, seja na teologia, arte, história,

<sup>9</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*, p. 311.

<sup>10</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

direito, Estado, política e até mesmo na própria razão<sup>11</sup>. Mais do que propostas de modificação no processo histórico propriamente dito, as concepções iluministas iniciaram um processo de construção de uma filosofia que fez da História um sistema de conhecimento. Em outras palavras, para Koselleck, ao projetar um novo mundo os iluministas não só propuseram mudanças estruturais na História, como criaram um novo olhar teórico a seu respeito para que sua mensagem encontrasse eco em seus receptores. Era preciso deixar o passado no passado e construir uma nova História, gerada pela modificação estrutural da sociedade ocidental, pensada em novos parâmetros que remetiam à busca do novo. Surgia, assim, a concepção de progresso. Aos seres humanos cabia a rejeição do mundo anterior e a criação de um novo mundo, firmado em bases construídas historicamente por meio de sua própria reflexão e ação temporal. A incidência de experiências transformadoras abriu a um novo horizonte de expectativas que apontava para a modificação de outro conceito: a esperança. Diferentemente da esperança pré-moderna representada no discurso de que existia uma aceleração nos acontecimentos humanos, por intervenção divina, com vistas à aproximação rápida da redenção no porvir (chegada do denominado juízo final); a esperança moderna aponta para a transformação no cotidiano terreno pelos próprios seres humanos. A eles e não à divindade caberia a aceleração do processo – o progresso.

O raciocínio moderno estruturado pelo progresso exige planejamento. A esperança, assim, é nutrida pelo diagnóstico das situações do presente e o prognóstico do futuro, movimento que gera o planejamento de um mundo melhor que, progressivamente, será conquistado por meio da experiência dos homens na História. Esse caráter processual desloca os seres humanos do lugar de objeto para a atuação como sujeito. Se na consciência histórica pré-moderna eles se comportavam como receptores-reprodutores de tradições e/ou regras gerais do agir, a modernidade levou-os a ser autores-produtores de sua própria ação à medida que a eles caberia a intervenção autônoma com vistas à modificação do presente e prospecção do futuro. Assim, o discurso prescritivo relacionado ao *eschaton* já não encontrava terreno fértil para seu desenvolvimento – a expectativa já não estava mais colada à experiência – o horizonte de expectativas se abria a partir da própria ação reflexiva e participativa dos seres humanos em suas novas experiências. Já não era mais necessário conservar tradições ou reproduzir modelos, o processo histórico impunha a transformação e uma nova História. Dentro dessa particularidade, não é à toa que a Revolução Francesa se tornou marco de transformação da sociedade ocidental, pois foi a forma acabada de superação da experiência anterior e organização de uma nova experiência histórica (o fato dos revolucionários organizarem até mesmo um novo calendário é sintomático nessa asserção). Na modernidade, os seres humanos se tornaram os motores (*dinamus*) da História.

Conclui-se desse percurso que o presente já não era mais orientado pelo passado, como no período pré-moderno. A orientação para o presente deslocara a sua temporalidade motivadora do passado para o futuro. A consciência histórica moderna tem no conceito de progresso o norteador dessa constatação, pois é

---

<sup>11</sup> KOSELLECK, *Crítica e crise...*, p. 14.

a esperança de um futuro melhor consignado pelo trabalho humano no tempo presente (espaço da experiência) que abre à perspectiva de um mundo melhor (horizonte de expectativa). Em suma, “[...] Não se pode mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir”<sup>12</sup>.

Assim, a racionalidade histórica emerge estruturalmente devido às necessidades de balizamento de um novo mundo que florescia. O passado deveria ser esquecido. O futuro seria alcançado graças à esperança concedida pelas conquistas racionais que progressivamente levariam os seres humanos a satisfazerem as expectativas de seu horizonte. Um novo passo deveria ser dado e este passava pela fundamentação metodológica da História.

Segundo Jörn Rüsen<sup>13</sup>, o processo de modernização do pensamento histórico passou por três momentos. O primeiro decorreu das necessidades que os seres humanos tinham em criar novos parâmetros de orientação histórica. Aos iluministas coube o pioneirismo na criação do saber histórico racional ao estabelecer procedimentos de crítica das fontes. Entretanto, a crítica das fontes por si só não garantia a realização do trabalho historiográfico. Era necessário avançar. No século XIX, surge o historicismo.

Ao historicismo coube criar o denominado método histórico, ou seja, um conjunto de procedimentos metodológicos fundamentados na habilidade de manusear fontes a partir de regras hermenêuticas garantidoras de relevância na análise. Com essa metodologia construía-se o conhecimento histórico com racionalidade empírica. Destaca-se, nessa vertente, o historicismo alemão que teve como principais expoentes Ranke, Droysen e Humbolt. Essa concepção no labor histórico norteou a primeira institucionalização da denominada historiografia, com seu resultado revertido, entre outras coisas, para a construção de manuais utilizados na escola básica, algo determinante para a assunção da História à condição disciplinar.

Com o estabelecimento de procedimentos metodológicos de interpretação da experiência humana no tempo faltava à História fundamentação teórica que a tornasse mais abrangente. Esse amadurecimento teórico surgiu com o desenvolvimento da vertente marxista, que construiu ferramentas analíticas de estruturas e processos, gerando universalidade na análise historiográfica. São herdeiras desse processo de modernização a Escola historiográfica francesa dos *Annales* e a Escola alemã de *Bielefeld*. Portanto, determinante nessa fase foi a “utilização de construções teóricas como meios de interpretação histórica”<sup>14</sup>. Nesse contexto, convém mencionar também outro pensador alemão, Max Weber, que construiu tipos ideais para a interpretação das fontes em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*<sup>15</sup>. Weber partiu de uma teoria crítica ao princípio analítico marxista de relacionar infraestruturas às superestruturas, algo claro na defesa da tese de que a mentalidade empreendedora decorrente do *ethos* religioso protestante foi fundamental para a formação do capitalismo moderno. Ao

---

<sup>12</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*, p. 58.

<sup>13</sup> RÜSEN, Jörn. “A História entre a Modernidade e a Pós-Modernidade”. *História: Questões e Debates*, Curitiba, vol. 14, n. 26/ 27, jan./dez. 1997, p. 80-101.

<sup>14</sup> RÜSEN, “A História entre a Modernidade...”, p. 86.

<sup>15</sup> WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de António Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

analisar esse percurso de cientificização da História, Rüsen chega a uma conclusão semelhante à de Koselleck: “O desenvolvimento da história pode ser descrito como um desenvolvimento na transformação, dessa entidade chamada história, em um conceito”<sup>16</sup>.

Em resumo, o processo de modernização do pensamento surgiu da necessidade de nova orientação temporal. Esses interesses geraram ideias que, mediadas pelo pensamento de caráter histórico, construíram novas narrativas apresentando-as à sociedade ocidental com o fim de responder à sua demanda de orientação. A transformação da concepção de História-evento (*Historie*) em História-processo (*Geschichte*) foi resultado da transformação na relação dos seres humanos com a História. De objetos passaram a sujeitos com a responsabilidade de construir, racional e praticamente, sua própria História. Se na pré-modernidade os seres humanos ficavam a reboque da História ao terem controlados e sintetizados espaço de experiência e horizonte de expectativas, na modernidade a mentalidade de progresso gerou o protagonismo humano na relação com a História. Como sujeitos do processo histórico, o espaço de experiência tomou a forma de palco das criações e realizações humanas com o fim de alcançar suas expectativas vislumbradas no horizonte. Novas expectativas geram novas experiências que, por sua vez, geram novas expectativas.

Como resultado desse processo de modernização da História fundamentada numa nova Filosofia da História, surge a ciência da História com teoria e metodologia própria. O labor historiográfico tem como premissa a relação do historiador com o tempo. Ao se deparar com os problemas do presente, o historiador mergulha no passado, por meio da atividade interpretativa das fontes e constrói sua narrativa a partir das evidências decorrentes desse trabalho. Numa perspectiva de progresso da sociedade, o passado fornece lições ao presente que servirão para a orientação no tempo e, conseqüentemente, como prospecção do futuro. A consciência histórica moderna, diferentemente da pré-moderna que era estabelecida pelo passado, passa a ser estabelecida pela esperança de um futuro melhor.

Essa abertura do horizonte de expectativas da humanidade não passaria incólume a um processo de ideologização no estabelecimento de novas experiências. A implantação das concepções iluministas no processo histórico revolucionário da sociedade ocidental gerou diversas perspectivas de orientação. A busca de novas experiências com vistas ao alcance dos objetivos inseridos no horizonte de expectativas foi diferente de acordo com a perspectiva ideológica adotada. Como exemplos disso podem ser citados o surgimento das ideias positivistas (que objetivavam o progresso por meio da conservação das premissas burguesas liberais) e as concepções marxistas<sup>17</sup> (que objetivavam o progresso por meio da ruptura com a ordem burguesa liberal). Seja no espaço de experiência burguês ou proletário, a História como processo tinha uma concepção linear e progressiva em busca da consecução dos objetivos estabelecidos no horizonte de expectativas, as

---

<sup>16</sup> RÜSEN, “A História entre a Modernidade...”, p. 86.

<sup>17</sup> Karl Marx e Friedrich Engels cunharam a frase “Tudo que é sólido desmancha no ar”, no *Manifesto Comunista* (1848), que simbolizava a crítica aos fundamentos do período pré-moderno a partir da lógica revolucionária moderna.

utopias (*u-topos*).

## **Consciência histórica pós-moderna?**

O processo de modernização, acentuado no período posterior à Segunda Guerra Mundial, atingiu de uma ou outra forma, todas as áreas da vida humana. No aspecto político, o regime democrático foi o eixo propagador dos ideais de uma sociedade com princípios de equanimidade a todos seus cidadãos, entretanto, a utopia anunciada da liberdade, igualdade e fraternidade não se consolidou em todo mundo, sequer na sociedade da qual se originou: a ocidental. Nas últimas décadas do século XX, as principais sociedades democráticas se renderam ao poder das grandes corporações econômicas e distanciaram-se de políticas públicas que consideram a inclusão e a alteridade, fato que tem gerado ações xenófobas, violação aos direitos humanos e a sensação, sempre presente, da ameaça terrorista.

Do ponto de vista econômico, o projeto moderno, ancorado na industrialização, prometeu o término das desigualdades sociais, pois entendia que o progresso tecnológico traria melhor qualidade de vida a todos os cidadãos. Entretanto, esse objetivo não se configurou em realidade, pois o domínio da tecnologia por parte de poucos gerou maior concentração de renda. O avanço tecnológico – inicialmente destinado à industrialização de produtos para o consumo e acelerado pela demanda armamentista gerada por guerras locais e mundiais – possibilitou o aumento em progressão geométrica da produção e dos lucros, mas tal progressividade se fez de forma apenas aritmética no que concerne ao aumento do salário dos trabalhadores.

Nas últimas décadas do século passado essa configuração mundial ainda passaria por um aperfeiçoamento, pois a crise do petróleo que afetou o mundo na década de 1970 originou nova dinamização da economia internacional na década posterior. Esta foi articulada pelo presidente norte-americano Ronald Reagan e pela primeira-ministra britânica Margareth Thatcher. Com uma política desregulamentadora, diminuíram drasticamente as restrições cambiais gerando maior fluxo de capital no mundo e, conseqüentemente, a oportunidade das grandes corporações expandirem seus negócios a regiões que lhes oferecessem melhores condições de instalação. Dessa forma, a economia sofreu um processo de desregramento que gerou o descontrole dos fluxos financeiros e a possibilidade de expansão de empreendimentos sem a fiscalização do Estado. Ao mesmo tempo, permitiu aos agentes financeiros especularem com o dinheiro alheio num exercício de pressão sobre os Estados com vistas à obtenção de novos mercados, os quais se originariam dos países que ofereceram campo aberto para o deleite de seus lucros baseados em juros bancários exorbitantes cobrados da população consumidora. Surgiram assim, de mãos dadas, a globalização e o neoliberalismo<sup>18</sup>. União que resultou, entre outras coisas, no deslocamento da riqueza da produção para a especulação financeira (o que concentra ainda mais a riqueza e aumenta a desigualdade social) e a assunção de uma sana consumista que faz o mundo caminhar, nesse início do século XXI, a passos largos para um colapso ambiental.

---

<sup>18</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

No que concerne à cultura e à sociedade, a mentalidade de consumo gerada pelo processo de modernização corroeu as relações sociais ao promover a distorção do princípio de igualdade. A aceleração da modernização criou um distanciamento enorme entre ricos e pobres. De um lado existe uma pequena elite nômade que pode se deslocar quando, como e para onde quiser, pois é recebedora dos dividendos do consumismo que se propaga, via meios de comunicação. De outro há uma grande maioria sedentária que está relegada ao seu território por não ter condições de deslocamento, mas é mantenedora das benesses da elite nômade por depender de um consumo irrefletido para existir<sup>19</sup>. Há um terceiro grupo. Milhões de pessoas espalhadas pelo mundo, sobretudo nas regiões mais pobres da África ou até mesmo da América Latina que sequer adentraram o segundo grupo, pois não lhes é dada a possibilidade de consumir.

O processo de secularização moderno também foi questionado, pois como substituinte da religião não se fez eficaz em seu objetivo de obtenção da redenção utópica pelo progresso. De igual forma, colaborou para a manutenção da diferença social entre desenvolvidos e não desenvolvidos – fator que contribuiu para o surgimento de grupos político-religiosos fundamentalistas, tanto no Oriente quanto no Ocidente.

As formas de pensar a vida humana não passariam incólumes a esse processo. O pensamento moderno, que teve origem na capacidade de o ser humano demonstrar, por meios científicos, seu protagonismo na relação com a natureza e consigo próprio, passou (e passa) por questionamentos. Nas últimas décadas do século XX a concepção moderna do pensamento histórico tem sido colocada em xeque, pelo que alguns historiadores chamaram de crise da modernidade. Para eles, as denominadas grandes narrativas construídas pelas diferentes vertentes do pensamento moderno para legitimar a civilização ocidental já não respondiam às promessas de um progresso gerador de redenção à humanidade. Assim, as metanarrativas iluministas, hegelianas, positivistas, marxistas, evolucionistas de explicação da História sofreram profundo desgaste:

*[...] todos aqueles velhos quadros de referência que pressupunham a posição privilegiada de diversos centros (coisas que eram, por exemplo, anglocêntricas, eurocêntricas, etnocêntricas, logocêntricas, sexistas) já não são considerados legítimos e naturais (legítimos porque naturais), mas temporários, ficções úteis para formular interesses que, ao invés de universais, eram muito particulares; já a incredulidade ante as metanarrativas quer dizer que aquelas grandes narrativas estruturadoras (metafísicas) que deram significado(s) à evolução ocidental perderam a vitalidade.<sup>20</sup>*

Pensadores como Jenkins defendem a ideia de que existe uma crise na categoria

---

<sup>19</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

<sup>20</sup> JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2007, p. 94.

do progresso, pois esta fracassou na busca dos objetivos modernos. Para eles, a esperança no futuro sucumbiu diante das tragédias do caminhar do século XX como as guerras mundiais e civis; a tecnologização da indústria que gerou crise nas relações trabalhistas, pois diminuiu a proporção de empregos e aumentou o lucro dos empregadores; e o desencantamento das pessoas à medida que haviam construído sua identidade em bases educativas que desde sempre apresentaram a concepção de um futuro melhor fundamentado no progresso. Creem que esse processo gerou uma crise na consciência histórica das pessoas uma vez que a estrutura basilar de sua orientação cultural no tempo sofreu profundo desgaste. Esse desencantamento pode também ser chamado de uma crise de sentido:

*As experiências dos paradoxos do iluminismo e suas ideias de progresso e emancipação exauriram muito de suas energias utópicas. O crescente interesse manifestado na religião, na história, na tradição e no conceito de identidade são fenômenos paralelos, relacionados à crítica ao modernismo ilustrado e à renovada necessidade de orientação cultural e histórica. [...] o interesse no sentido também expressa um descontentamento com diferentes tipos de objetividade, tais como identidades sexuais e étnicas, verdade histórica e conceitos de progresso e racionalidade humana. Com o auxílio do sentido, objetividades foram relativizadas, contextualizadas e historicizadas como construções sociais e culturais.<sup>21</sup>*

Nessa perspectiva, as ciências humanas e, principalmente a História, como filhas da Modernidade passaram um momento de reavaliação de suas concepções teórico-metodológicas. Suas metanarrativas quedaram-se em crise, fato que redundou em novas propostas, geralmente denominadas como “pós” (pós-história, pós-modernismo; pós-liberal; pós-marxista, etc.). Ao questionar as premissas de racionalidade, o pós-modernismo criou um espécie de descentramento da concepção moderna de ciência, como afirma Ankersmit:

*Esta é a maneira de se colocar os fatos no pós-modernismo. A ciência é desestabilizada, colocada fora de seu próprio centro, a reversibilidade de padrões de pensamento e de categorias de pensamento é enfatizada, sem a sugestão de uma alternativa definida. É uma forma de crítica desleal da ciência, um golpe abaixo da linha da cintura que talvez não seja justo, mas que por esta mesma razão realmente atinge a ciência onde ela é mais sensível. A racionalidade científica [...] é o reconhecimento que todo ponto de vista tem, além de seu interior cientificamente aprovado, um*

---

<sup>21</sup> WIKLUND, Martin. “Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen”. Tradução de Pedro S. P. Caldas. *História da historiografia*, Mariana, UFOP, n. 1, ago. 2008, p. 20.

*exterior que não é percebido pela ciência.*<sup>22</sup>

O excerto mostra uma espécie de desobrigação pós-modernista em criar princípios de racionalidade que substituam os anteriores. Ao mesmo tempo apresentam um questionamento à concepção objetivista de ponto de vista (originária na ideia de perspectiva, oriunda do Renascimento) por compreenderem que este se encontra sempre limitado às convenções interiores à ciência que a metodologia lhe outorga. O questionamento às metanarrativas originou a busca, por parte desses historiadores, de alternativas que estruturassem uma explicação para esse processo e, ao mesmo tempo, cunhassem novos caminhos epistemológicos para a História. Esta se deu na aproximação da epistemologia da História à epistemologia de outras áreas do conhecimento:

*[...] O historiador precisou reunir outros instrumentos metodológicos para poder dar sentido aos fragmentos e buscar uma nova representação e, portanto, mais adequada para o passado. A história encontrará na alegoria seu modo de representação e na micrologia do poder a sua ação. Tal tendência mostra a larga receptividade da obra de Walter Benjamin na elaboração dessas leituras e a aproximação entre história e literatura, bem como de Foucault no estudo dos processos de disciplinação cotidiana.*<sup>23</sup>

A busca de novos referenciais epistemológicos para a ciência da História, por parte dessa corrente, encontrou lugar nas obras de Walter Benjamin e Michel Foucault. Historiadores ditos pós-modernistas compreenderam que a teoria genealógica de Foucault influenciou a concepção pós-moderna historiográfica por gerar uma espécie de desepistemologização da concepção moderna do pensamento histórico<sup>24</sup>.

Essa perspectiva historiográfica procura as especificidades, prioriza a construção da narrativa histórica pelo micro em detrimento do macro. Já não se faz necessário estudar nações, sociedades, grupos ou classes sociais inseridas em estruturas e temporalidades de longa duração. O objeto de estudo da História poderia se limitar a temporalidades curtíssimas, localidades restritas e indivíduos. Mas a tentativa de modificação teórico-metodológica promovida pela concepção pós-modernista de se fazer História não cessou no que já foi apresentado. Seu ponto fulcral ocorreu na discussão acerca da relação entre o método histórico e suas formas de apresentação.

Para os pós-modernistas, na concepção moderna do labor histórico, a forma de apresentação do trabalho historiográfico não tem importância alguma para seu conteúdo, pois fundamentalmente se apoia nas evidências derivadas das fontes de pesquisa do historiador. Ao especialista caberia apresentar o que suas fontes permitiam dizer ou comprovar acerca do fato ou tema histórico pesquisado. A

<sup>22</sup> ANKERSMIT, Frank R. "Historiografia e pós-modernismo". *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, UFRJ, mar. 2001, p. 119.

<sup>23</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 16.

<sup>24</sup> ANKERSMIT, "Historiografia e pós-modernismo", p. 113-135.

introdução da ideia de que a forma de representação historiográfica, ou seja, o estilo, é conteúdo histórico, é uma das principais concepções da maneira pós-modernista de pensar a História:

*[...] se vários historiadores debruçam-se sobre vários aspectos do mesmo objeto de pesquisa [...] podemos até mesmo atribuir ao estilo prioridade sobre o conteúdo, pois graças ao fato dos pontos de vista historiográficos serem incomensuráveis – isto é, que a natureza das diferenças de opinião em história não podem ser satisfatoriamente definidas em termos de objetos de estudo – nada podemos fazer além de concentrarmo-nos no estilo incorporado a cada ponto de vista histórico ou olhar sobre o passado, se quisermos garantir um progresso significativo do debate na História. O estilo, se não o conteúdo, é o tema de tais debates. O conteúdo é derivado do estilo.<sup>25</sup>*

Na visão dos historiadores pós-modernistas, a historiografia se aproxima da literatura, por meio da contribuição dos artifícios literários na elaboração de suas narrativas. Essa visão decorre da importância que se passa a dar ao texto produzido pelo trabalho historiográfico. Se na historiografia moderna a relevância estava nas evidências que comprovavam sua tese, agora o texto é fundamental na medida em que revela total relação entre o historiador, seu objeto de estudo e o público ao qual o trabalho se destina. Dessa forma, a crítica pós-modernista ao método moderno do labor histórico constatou uma espécie de desligamento do historiador de seu objeto de estudo, gerando uma “pseudo-neutralidade” em relação às fontes, algo que é impossível de existir.

Há aqui, portanto, uma discussão entre objetividade e subjetividade na História. Para os historiadores pós-modernistas, na concepção historiográfica moderna a objetividade é dada a priori à medida que decorre de seu método (a evidência fala por si) e não de sua forma de representação. Defendem que é a subjetividade, subsumida ao texto, o norte do processo de sua construção e, por isso, seu desvelamento revelará toda sua potência histórica. Essa conceituação pode representar um grande perigo. Ao descolar o texto da evidência histórica, a narrativa pode ter destituído seu caráter histórico propriamente dito, caindo no terreno da ficção, da imaginação. Num mundo com tantas possibilidades de informação advindas dos meios de comunicação, e de narrativas de caráter histórico, produzidas nos mais diferentes espaços – jornalísticos, por exemplo – o que pode ser caracterizado como realmente histórico?

*[...] Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem o papel principal. O conteúdo propriamente dito torna-se secundário sobre o qual se narra e se estetiza. As múltiplas recombinações possíveis no sistema levam a implodir a*

---

<sup>25</sup> ANKERSMIT, “Historiografia e pós-modernismo”, p. 122.

*bilateralidade tradicional de posições. Quebram-se assim as oposições, tendo-se, por outro lado, dificuldade em diferenciar a produção da reprodução, o original de uma cópia.*<sup>26</sup>

Chega-se, assim, a um fortalecimento do relativismo na produção histórica. A concepção pós-modernista, nessa perspectiva, representa perigo, pois abre espaço para que um simulacro tome o lugar do verossímil, o imaginado, fictício substitua o científico, enfim, o virtual se sobreponha ao

*[...] O desconforto com a racionalidade, a verdade e a objetividade frequentemente levou ao ceticismo e a uma rejeição generalizada das exigências de legitimidade e plausibilidade. Sem quaisquer ideias de plausibilidade, porém, as controvérsias inerentes às interpretações históricas tendem a degenerar em lutas estratégicas, onde a história é instrumentalizada em prol de interesses ideológicos e políticos do presente.*<sup>27</sup>

Como pode se observar, essas implicações teórico-metodológicas geram, de igual modo, implicações ideológicas. Em primeiro lugar no que concerne à enorme dificuldade de julgamento das narrativas históricas a respeito de um mesmo assunto. Existe alguma mais relevante ou todas são, simplesmente, narrativas? Se se pensar nas tragédias mundiais como o Holocausto, a Revolução Cultural na China ou as guerras civis que se multiplicam na África, a utilização dessa perspectiva de modo simplista pode incorrer num relativismo total que impede o julgamento moral daqueles que prestaram um desserviço à humanidade por suas ações desumanas. Nesse sentido, desconsiderar os procedimentos metodológicos da História no trabalho com fontes e na busca de evidências conduziria a um relativismo moral e fragmentado que poderia afetar completamente a consciência histórica das pessoas.

Indubitavelmente, há grande contribuição da historiografia dita pós-modernista para o surgimento e amplificação das vozes até então caladas dos grupos minoritários que estavam a reboque de uma História etnocêntrica. Uma historiografia que se preocupe com esses princípios é fundamental. Entretanto, o perigo do relativismo pode destituir essa contribuição à medida que a pasteuriza, destituindo-a de seu caráter político. Em outras palavras: se a discussão em torno da diversidade cultural não passar pela carga de conflito nela subsumida – como nos países com guerras civis entre etnias (exemplo do continente africano), ou nos conflitos gerados pela imigração (na Europa e EUA), ou mesmo nos enormes problemas existentes entre Ocidente e Oriente – as narrativas historiográficas podem servir de instrumentos de criação de um grande e estético mosaico cultural que se limita a apresentar diferentes aspectos de uma cultura, sem promover, entretanto, qualquer discussão a respeito dos conflitos socioeconômicos e políticos nos quais estão imersos. Isso

<sup>26</sup> DIEHL, *Cultura Historiográfica...*, p. 18-19.

<sup>27</sup> WIKLUND, “Além da racionalidade...”, p. 20.

deformaria o discurso da tolerância em relação ao outro à medida que tal conceito seria utilizado não para acolhimento e reflexão respeitosa acerca das diferenças, mas para o distanciamento, à medida que se reconhece a diferença somente para facilitar a delimitação das distâncias. Discursos como “reconheço sua existência, tolero-a, mas quero-o distante de mim”, se tornam comuns e só apresentam uma nova forma de intolerância no mundo.

### **Possibilidades de Reflexão: a contribuição da Filosofia da História por Koselleck**

O questionamento às grandes narrativas explicativas que representavam um discurso de cunho ocidental, branco e cristão, gerando a possibilidade das diferentes culturas se manifestarem por meio de suas próprias narrativas, representou um avanço na discussão em torno da consciência histórica, mas criou uma nova demanda: a necessidade de parametrização mínima de balizamento dessas narrativas numa espécie de encontro epistemológico entre o Oriente e o Ocidente, entre o Norte e o Sul, a fim de que questões morais fundamentais para os direitos humanos possam ser discutidas. Essa falta de diálogo epistemológico em torno dos problemas gerados pelo fortalecimento do processo de globalização tem sido espaço de justificação das torturas como as ocorridas em Guantánamo, ou nos assassinatos patrocinados por grupos terroristas ao redor do mundo. Se não existem parâmetros mínimos da moral em âmbito mundial, tudo passa a ser justificável de alguma forma, tem-se novamente o problema do relativismo que afeta a consciência histórica das pessoas em sua orientação no tempo e na criação de identidade. A ciência da História se vê num desafio enorme nesta segunda década do século XXI, pois o processo de modernização originou o questionamento aos próprios parâmetros do pensamento histórico, no entanto o produto desse questionamento não respondeu às demandas contemporâneas.

Essa preocupação encontra morada nas reflexões contemporâneas filosóficas da História e constitui ponto fundamental de partida para a construção de caminhos que viabilizem o desenvolvimento de consciência histórica em moldes que sejam pertinentes aos embates de orientação e identidade existentes na contemporaneidade. Tal como mostra Isabel Barca:

*Quais serão afinal os limites para a objectividade e validade da História? Será legítimo aceitar todos os discursos como historicamente válidos? Chegou-se a algum conceito sobre que, em História, não tem que haver necessariamente um consenso entre as suas interpretações narrativas, já que elas são produzidas a partir de um ponto de vista contextualizado. Numa sociedade aberta a perspectivas plurais, não há já o hábito maniqueísta de classificar como certa a perspectiva coincidente com os nossos valores e errada a perspectiva que não coincide com o nosso ponto de vista. Contudo, não será também muito frutuoso aceitar um programa desconstrucionista linear, que poderá estar representado numa destas posições: 1) todas as versões*

*são legítimas à luz de sua própria lógica interna e de seu contexto; 2) nenhuma versão tem correspondência com o real, dado que cada discurso é uma mera contingência de tempo e lugar.*<sup>28</sup>

Os dois problemas apresentados pela autora portuguesa revelam que é fundamental enfrentar essas questões que envolvem a produção historiográfica e a Filosofia da História na contemporaneidade, pois elas incidem na aprendizagem e na formação do pensamento histórico das pessoas e, conseqüentemente, em sua aplicação consciente na vida.

Koselleck<sup>29</sup> ainda na década de 1970, ao tratar da percepção do progresso no cotidiano na Europa do século XVIII, observou que pessoas de diferentes gerações políticas ou posições sociais embora comungassem do mesmo espaço de experiência podiam ter diferentes perspectivas. Entretanto, todas tinham a sensação de que viviam em uma época de transição, ou seja, rumo à consecução de algo que se pretendia no horizonte de expectativas:

*Tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e prazos do mundo graças à aceleração. Ao contrário da natureza, o progresso adquire uma qualidade genuinamente histórica. [...] Com o conceito histórico da aceleração, passamos a dispor de uma categoria histórica do conhecimento que é adequada para se revisar o progresso como conceito apenas otimizador (em inglês ‘improvement’, em francês ‘perfectionnement’).*<sup>30</sup>

Se a Modernidade se caracteriza por um tempo no qual as expectativas se distanciaram totalmente das experiências tradicionais e exemplares, originando a concepção de História como processo, é no progresso que a História adquire sua qualidade temporal. A aceleração do progresso, por sua vez, atua como geradora de novas experiências que podem satisfazer ou não as expectativas.

Essa concepção aplicada ao processo histórico mostra que as experiências político-econômicas originadas e vivenciadas nos tempos modernos como o republicanismo, o liberalismo, o democratismo, o comunismo e o socialismo, criaram um desgaste das antigas expectativas, pois seu conteúdo não reproduziu o que dele se esperava. Pensada nessa perspectiva, a aceleração das experiências provocou um desencantamento da expectativa, gerando um sentido crítico à consciência histórica moderna, pois “quanto maior a experiência, tanto mais cautelosa, mas também tanto mais aberta a expectativa. Para além de qualquer ênfase, ter-se-ia então alcançado o final da modernidade no sentido de progresso

<sup>28</sup> BARCA, Isabel. “Em torno da Epistemologia da História”. In: BARCA, Isabel & GAGO, Marília (orgs.). *Questões de Epistemologia e Investigação em Ensino da História: Actas das III Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: Centro de Investigação em Educação/ Instituto de Educação e Psicologia/ Universidade do Minho, 2006, p. 20.

<sup>29</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*

<sup>30</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*, p. 321-322.

otimizante”<sup>31</sup>.

A prática historiográfica de Koselleck nunca se esgotou na análise das fontes como comprovadora de sua interpretação do processo histórico. Antes, pensou-a meta-historicamente. Nessa perspectiva, apresentou duas possibilidades de reflexão de sua própria teoria a respeito do advento da Modernidade. A primeira, ligada aos elementos fornecidos por suas fontes: a crítica feita pelos iluministas à experiência anterior de uma sociedade em crise devido à política do Antigo Regime. Crise que se apresentou como síntese das categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa. Não havia espaço para se pensar ou viver uma nova experiência, pois a expectativa já estava posta pelas instituições que controlavam o poder. Daí a crítica, a rejeição ao modelo e a necessidade de se criar um novo espaço de experiência que remetesse a um novo horizonte de expectativa para aquela sociedade. Nesse contexto, as categorias de progresso e aceleração, relacionadas, ditam o sentido da temporalidade histórica e seu ritmo. A História, assim, é vista como um processo histórico cujas mudanças e permanências são dirigidas pelo progresso otimizador que conduz as experiências humanas às utopias subjacentes ao horizonte de expectativas. A consciência histórica moderna, proposta por Koselleck, parte da crítica, da negação, da rejeição às tradições ou modelos exemplares prescritos pela elite detentora do poder à grande maioria relegada a reproduzi-las acriticamente. Por outro lado, pode ser feita outra leitura da teoria de Koselleck. Para ele, o progresso não poderia ser visto somente em seu aspecto otimizador, embora a compreensão oriunda do senso comum moderno apontasse para isso. Acreditava que a aceleração das novas experiências conduziria ao desgaste das expectativas delas derivadas quando de seu planejamento. Dessa forma, a construção e aplicação de experiências político-econômicas modernas não conseguiriam satisfazer as expectativas e, por isso, conduziram a uma espécie de desencantamento da sociedade que via o progresso apenas em sua verve otimista. Nessa linha existiria, então, uma crise de sentido, pois a vivência da experiência não concretizaria a expectativa utópica planejada. Dentro dessa perspectiva não é de se estranhar o surgimento de posições relativistas.

Não é por acaso que situações limítrofes e catastróficas ocorridas no século XX levaram a práticas historiográficas relativistas. Exemplo disso é a *Historikerstreit*, pendenga historiográfica em que grupos de historiadores alemães se opuseram na discussão a respeito da responsabilidade do povo germânico na participação do Holocausto. Ambos reivindicaram para si o estatuto da verdade, da realidade ocorrida, apoiando-se em fontes históricas diversas para elaborar narrativas completamente divergentes a respeito desse assunto, criando uma espécie de “realismo interno”, algo que, obviamente representava um posicionamento ideológico. Esse tipo de prática dá ao historiador proeminência em relação às fontes. Sua subjetividade é quem reivindica a verdade e esta é impermeável ao julgamento dos filósofos da História<sup>32</sup>. A denominada crise de sentido permitiria,

---

<sup>31</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*, p. 327. Tal perspectiva de desencantamento com a proposta da modernidade pode ser observada também nas ideias do historiador Francis Fukuyama. Ver: FUKUYAMA, Francis. *Fim da História e o último homem*. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

<sup>32</sup> À luz da construção do conhecimento histórico, Chris Lorenz, define o realismo interno da seguinte

então, qualquer coisa, até mesmo a criação do sentido pelo próprio historiador, algo que lhe reveste de grande poder.

Mas Koselleck compreendeu o sentido da História de forma completamente diferente. Percebeu que a aplicação de suas categorias meta-históricas à História permitiu não só o reconhecimento de um novo tempo histórico denominado Modernidade, mas o surgimento da consciência histórica moderna. Nesse sentido, mostrou que sua teoria não se limitou a explicar apenas o surgimento de um modelo de mundo, antes gerou novas possibilidades de pensar como se pensa a História e, por isso, tais categorias não sofrem de esgotamento:

*[...] Nossas categorias, na verdade, oferecem algo mais [...] remetem também à parcialidade das interpretações progressivas. Pois evidentemente só se pode reunir experiências porque – como experiências – elas podem ser repetidas. Portanto, também devem existir estruturas da história, estruturas formais e de longo prazo, que sempre de novo nos permite reunir experiências. Mas então também deve ser possível superar a diferença entre experiência e expectativa, a ponto de a história poder novamente ser ensinada. A História só poderá reconhecer que está em profunda mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam. Também estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da História.*<sup>33</sup>

Depreende-se dessa asserção que a investigação da História deve passar por um processo de identificação e estudo das estruturas históricas duradouras por meio do contínuo exercício meta-histórico por parte dos especialistas. Tal movimento permite aos historiadores, ao trabalhar com suas fontes, aproximarem-se não só das ações humanas que levaram às mudanças e permanências, à ruptura revolucionária ou à conservação de modelos prescritos, mas às ideias que constituíram tais ações. Carências de orientação no tempo estão presentes nas ações históricas. As ideias que originaram tais ações subjazem ao produto histórico gerado, pois os seres humanos deixam marcas do que pensam naquilo que produzem.

Se tal empreitada não é de fácil consecução no campo da ciência da História,

---

forma: “O ponto de partida do realismo interno é a ideia que o conhecimento é mediado pela linguagem. Deste modo a realidade é conceptualizada como um campo de referências de uma descrição, narrativa. As narrativas incorporam as perspectivas através das quais a realidade é observada e estas pertencem ao campo de descrição e não a realidade em si mesma. Face a este quadro pode-se considerar que o historiadores constroem uma perspectiva dentro de perspectivas. Esta dimensão explica o porquê de, ao olhar para a mesma realidade, diferentes historiadores possam fazer diferentes afirmações e as apontem como verdade. Deste modo não há garantias de consenso em História. Tal ocorre devido nomeadamente, ao facto de as afirmações e a sua verdade variarem conforme o seu campo de descrição”. LORENZ *apud* GAGO, Marília. *Consciência Histórica e narrativa na aula de História: concepções de professores*. Tese (Doutorado em Educação, Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais). Universidade do Minho. Braga, 2007.

<sup>33</sup> KOSELLECK, *Futuro Passado...*, p. 327.

mais ainda no campo do ensino da História. Daí seu caráter desafiador. É por isso que não se pode enxergar a constituição moderna de sentido da História elaborada por Koselleck de maneira superficial. É importante compreender que a modernidade trouxe ao ser humano a consciência de sua própria ação histórica, o sentido de sua História, e isso abre a um horizonte de expectativas infundável. Acreditar que a decepção oriunda de experiências históricas traumatizantes cerceará o pensamento humano de elaborar alternativas de orientação; ou, de outro lado, crer que toda ação histórica é relativa e depende da perspectiva do autor e do receptor, pois nada pode ser utilizado para comprovar o significado daquela opção de ação; é limitar a capacidade humana de refletir, agir, ensinar ou aprender. Em síntese pode-se concluir que, para Koselleck, desenvolver consciência histórica é vivenciar a História compreendendo-a a partir do potencial meta-histórico. E isso pode ser aprendido e ensinado: aprender História é aprender a pensar meta-historicamente.

Esse pensamento de característica perspectiva, inserido num tempo com sentido próprio, deve nortear a análise do passado com a finalidade de gerar significado às ações do presente e criar perspectivas de ação futura com sentido próprio. A identidade nesse tipo de consciência histórica se dá num processo constante de formação decorrente da percepção de que não é suficiente aderir, reproduzir ou simplesmente rejeitar modelos de orientação prescritos pela História. É fundamental refletir a respeito desses modelos a partir do estudo das motivações que os originaram, perante as mudanças decorrentes do processo histórico e num cotejamento com as suas próprias necessidades de orientação. O posicionamento derivado desse movimento refletirá a alteridade, a individuação em meio à diversidade. Para isso, Koselleck propõe que o historiador (e, conseqüentemente, o professor de História) considere em sua práxis: 1 – o sentido das motivações históricas que originaram tais modelos de orientação no “espaço de experiência”; 2 – a necessidade de geração de novos significados para o sentido de sua orientação no presente; 3 – a geração de novas ideias com o fim de satisfazer os interesses de orientação no presente criando sentido para as perspectivas de orientação. Em decorrência disso, novas experiências surgirão em direção à consecução de um novo horizonte de expectativas.

Foi dessa forma que Koselleck utilizou-se da pesquisa historiográfica à luz da meta-história para compreender o processo histórico de surgimento da Modernidade. Percebeu que os iluministas também pensaram meta-historicamente a História como processo, palco das ações por eles propostas. Deixou mostras de que a História, para ser compreendida a ponto de ser ensinada, deve permanentemente passar por esse processo de constituição de sentido. Nisso não há relativismo. Não há superioridade da subjetividade em detrimento da objetividade ou vice-versa. Há a constatação de que a racionalidade histórica passa necessariamente pelo equilíbrio entre objetividade e subjetividade no processo de formação da consciência histórica. Mostra que a consciência histórica moderna originou-se da necessidade dos seres humanos de se tornarem protagonistas da própria História sujeitos a acertos e erros em suas ações conscientemente elaboradas. Responsabilidade que não pode ser terceirizada ou relativizada, mas assumida e permanentemente pensada à luz das novas demandas impostas pela sociedade. Desafio para o historiador. Desafio

para o professor de História. Certamente os bancos da universidade e da escola básica podem (e devem) se constituir como espaços de formação de pessoas que aprendam a pensar (meta)historicamente de forma a aplicarem tal conhecimento com o fim de orientar suas ações históricas enquanto sujeitos produtores do saber e partícipes da sociedade preocupados com as questões públicas da *polis*. Isso evitará o assumir irrefletido de modelos de orientação prescritos, bem como a imersão no mundo do relativismo de ideias, opções que provocam o imobilismo e a despolitização.



### RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir, à luz do pensamento de Reinhart Koselleck, contribuições que a razão histórica pode oferecer para o enfrentamento da crise de sentido pela qual passa a contemporaneidade, de forma a auxiliar os seres humanos a construir consciência histórica com o fim de satisfazer suas carências de orientação temporal e de formação de identidade.

**Palavras Chave:** Consciência Histórica; Modernidade; Filosofia da História.

### ABSTRACT

The article aims to discuss, from the theory of Reinhart Koselleck, contributions that historical reason can offer to face the crisis of sense that contemporary society is passing through today, so as to assist human beings to build historical consciousness in order to meet their needs for temporal orientation and identity formation.

**Keywords:** Historical Consciousness; Modernity; Philosophy of History.

Artigo recebido em 08 set. 2013.

Aprovado em 17 mai. 2014.